

## Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

### CNPJ Nº 26.461.699/0001-80

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Exercício Social de 2012

##### I. Mensagem da Diretoria

Para superar os desafios do dia a dia, procuramos nos manter fiéis à tradição dos inovadores, inquietos em busca de novos sentidos, como os jovens; lúcidos na capacidade de análise e da crítica, como os sábios; corajosos para intervir nos momentos necessários, nas questões mais prioritárias e essenciais para o desenvolvimento da Companhia.

Crescimento integrado, identidade entre eficiência e eficácia na execução dos programas, equilíbrio econômico-financeiro-orçamentário e responsabilidade social são as palavras-chave de nossa estratégia corporativa. É a partir da atuação nesses quatro pilares que construímos a missão, a visão e os valores de nossa Companhia, de forma transparente e com os olhos atentos e voltados para o futuro, que agora estamos construindo.

Uma das prioridades no transcorrer do exercício foi a de estruturar e consolidar padrões de divulgação e de boas práticas de governança - nos moldes das empresas de capital aberto -, estabelecendo uma gestão cada vez mais democrática, transparente e ética, buscando assegurar o equilíbrio entre os objetivos priorizados pela administração, a delegação e os controles internos. Entre outros instrumentos de governança, a Conab conta com uma Ouvidoria e com uma Comissão de Ética.

Prioridade também recaiu sobre a retomada do planejamento estratégico, tático e operacional, que vem merecendo da administração uma atenção especial, inclusive a estruturação de uma área que, a partir do próximo exercício, coordenará as iniciativas estruturantes, focadas na objetividade, instrumentalização, interação, integração, responsabilidade, unidade, flexibilidade, motivação e capacitação. A visão estratégica deve permear todas as áreas da Companhia, impregnando-se na conduta diária de cada colaborador, dirigentes e dirigidos, até mesmo nos atos mais corriqueiros.

Transformações no modus operandi da Companhia também fizeram parte das iniciativas da administração no transcurso do exercício, buscando priorizar soluções logísticas e projetos integrados. Nesse sentido, já no final do exercício foi estruturada uma área de logística, movimentação e posicionamento espacial dos estoques, evitando e/ou mitigando problemas de abastecimento, decorrentes de frustrações na produção por força de condições climáticas, como também por conta de desequilíbrios de mercado.

Sob o ponto de vista dos programas por ela operacionalizados e que serão detalhados mais adiante, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA continua a merecer um destaque todo especial, em vista das expressivas transformações sócio-econômicas advindas dessa ação estruturante, voltada ao fortalecimento e ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Os diversos mecanismos de operacionalização do programa vêm gerando uma efetiva transformação no campo, a começar pelo perfil sócio-econômico do agricultor familiar, por conta da sustentação de preços, garantia de mercados cativos para a sua produção e o aumento da renda. Durante 2012, a Conab adquiriu 297.610 toneladas de produtos de 128.804 agricultores familiares, envolvendo recursos da ordem de R\$586,6 milhões.

Não menos relevantes são as iniciativas de responsabilidade da Conab e integradas à política de segurança alimentar e nutricional voltada ao atendimento aos grupos populacionais carentes, entre estes, os acampados, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidos por barragens, indígenas e outros grupos em situação emergencial sob o ponto de vista da deficiência calórico-proteica provocada pela falta e/ou insuficiência de alimentação básica.

Mencionem-se, também, os mecanismos operacionalizados pela Conab voltados à garantia de sustentação de preços na comercialização e no escoamento de produtos agropecuários, dentro do contexto da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM.

Outra ação relevante refere-se à assistência humanitária internacional, por meio de doação de produtos básicos dos estoques governamentais a países em situação de vulnerabilidade sócio-econômica e aqueles assolados por calamidades públicas. Em 2012, foram doadas 170 mil toneladas a 30 países.

É certo que inovações estruturais como necessariamente deve passar a Conab esbarram, naturalmente, no conservadorismo da máquina estatal, já que envolve uma reapreciação dos padrões administrativos e de comportamento, e isto afeta as convicções pessoais e, por consequência, gera resistência em admitir a necessidade de mudanças. Isto vem a exigir de todos os gestores uma dose superior de clarividência, arrojo e habilidade. Clarividência para perceber o sentido das mudanças em curso; arrojo para influir sobre as tendências na direção correta, e habilidade para conduzir a fase de transição, minimizando as reações de inércia e temporárias insatisfações.

Transmissão da ideia de inevitabilidade e coerência e harmonia dos planos de reformas requeridos são pressupostos básicos de uma boa gestão e que delineiam as ações de reformas que a administração vem conduzindo. Essa travessia - de uma nova ordem de valores para outra, mais nova e mais forte - exige a manutenção de um elevado senso de austeridade e desprendimento por parte do corpo de colaboradores e, em particular, dos dirigentes. Isto pressupõe a disseminação, no tecido do corpo funcional, de uma espécie de doutrina, cujos princípios sejam ampla e facilmente percebidos, a fim de que todos possam a ela hipotecar sua adesão. Estamos falando do surgimento de uma consciência coletiva, capaz de controlar o poder, conter os abusos e prevenir a agonia dos conflitos.

Relativamente à performance econômico-financeira, as ações voltadas à racionalização dos dispêndios e a uma maior capacidade de geração e captação de recursos vêm surtindo os efeitos esperados, tendo a Companhia encerrado o exercício de 2012 com um superávit de R\$69,9 milhões, em contraposição a R\$35,1 milhões do exercício anterior, evidenciando uma expansão de 99,15% a preços correntes.

A nossa tarefa, enquanto responsáveis pela condução dos destinos da Conab, transforma-se em um desafio de três naturezas distintas a serem conciliadas, ou seja, o de harmonizar interesses, simultaneamente, no plano econômico (geração e captação de recursos), no plano social (geração do bem-estar, razão da própria existência da Companhia, enquanto instrumento de governo), e no plano político (equilíbrio de poderes).

Estamos plenamente cientes de que nada adianta conceber e implementar planos e projetos se não contarmos com a participação decisiva de todos os nossos colaboradores (desde o mais humilde até o mais graduado), força motriz do processo de construção de uma empresa forte, estável e organizada que todos nós almejamos.

Contamos com profissionais dedicados e comprometidos. Queremos atingir níveis de eficiência e eficácia cada vez maiores, e, para tanto, estamos dando ênfase ao programa de treinamento e capacitação, cujos investimentos atingiram R\$1,7 milhão em 2012, envolvendo 3.105 treinandos. Acreditamos nas pessoas, capacitadas, integradas e motivadas, capazes de vencer desafios e proporcionar o alcance dos nossos objetivos comuns. A propósito, a Conab, a exemplo das demais organizações, não precisa ser administrada por gênios; precisa apenas de um corpo técnico capacitado e de instrumentos que a torne imune aos erros humanos.

A busca permanente da harmonia entre capital e trabalho é um item permanente na nossa agenda, envolvendo a discussão democrática e construção de soluções conjuntas para os conflitos surgidos na relação empregado X empregador.

O sonho continua vivo. É por acreditarmos nesse sonho que buscamos diuturnamente transformá-lo em realidade, qual seja, a consolidação de uma empresa estruturada, forte e organizada, capaz de vencer os desafios do dia a dia e alcançar a identidade entre eficiência e eficácia.

Aos nossos colaboradores, expressamos a nossa gratidão e o nosso reconhecimento pelos resultados alcançados e, acima de tudo, por representarem a exata expressão de que o aperfeiçoamento contínuo e a busca de objetivos comuns transformam tanto indivíduos quanto organizações.

Um especial agradecimento a Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, e ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, cujo decisivo apoio viabilizou as transformações levadas a efeito em 2012 e o alcance dos resultados positivos.

Estendemos os nossos agradecimentos a todos os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal que, por meio de diretrizes, orientações e fiscalizações, nos ajudaram a sanear e, ao mesmo tempo, prevenir eventuais desvios de percurso, o que contribuiu de forma decisiva para o delineamento da performance alcançada no exercício.

Aos nossos clientes, fornecedores e demais parceiros da sociedade civil e do setor público, consignamos a nossa gratidão pela confiança e reconhecimento ao nosso trabalho, como também por nos desafiar, permanentemente, a superar nossas metas e aprimorar nossa eficiência.

A Diretoria

##### II. A Empresa

A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o Território Nacional. É uma empresa de capital fechado, sendo que a União é detentora de 100% de suas ações.

Sua missão institucional é a de contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e de execução das políticas agrícola e de abastecimento.

Para a execução de suas competências estatutárias e regimentais conta com uma estrutura composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados ao armazenamento dos estoques públicos, ao suporte aos programas sociais de abastecimento e atendimento supletivo ao setor privado.

##### III. Governança Corporativa, Estrutura Organizacional e Recursos Humanos.

A estrutura orgânica da Conab contempla o Conselho de Administração, a Diretoria Colegiada e o Conselho Fiscal. Ainda no contexto da estrutura de governança, a Companhia tem o suporte da Auditoria Interna, Corregedoria e Ouvidoria, além de contar com auditorias periódicas dos órgãos de fiscalização e controle.

#### 1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Conab vem adotando as práticas de governança corporativa, procurando seguir procedimentos de gestão compatíveis com as normas do setor e garantido padrões de transparência.

#### 2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

##### 2.1 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Órgão de natureza colegiada e com autonomia dentro de suas prerrogativas e responsabilidades fixadas pela Lei das Sociedades Anônimas e pelo Estatuto Social, tem como principal atribuição fixar as diretrizes estratégicas da Companhia e supervisionar os atos de gestão. Conta atualmente com a seguinte composição:

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

##### COMPOSTO DE SEIS MEMBROS TITULARES

- O Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que o preside.
- O Presidente da Conab.
- Até três representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- Um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A Auditoria Interna é subordinada hierarquicamente ao Conselho de Administração, que o assessora nos assuntos inerentes aos atos e fatos da gestão.

##### 2.2 DIRETORIA COLEGIADA

Exerce a gestão dos negócios, em sintonia com a missão institucional da Companhia, os objetivos estratégicos e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. É composta por um Presidente e quatro Diretores, nomeados pelo Presidente da República por indicação do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

##### 2.3 CONSELHO FISCAL

Órgão de caráter permanente, de natureza colegiada e com autonomia e prerrogativas fixadas na Lei das Sociedades Anônimas e pelo Estatuto Social. Tem como principal competência fiscalizar os atos de gestão dos administradores da Conab e verificar o cumprimento dos respectivos deveres legais e estatutários.

#### CONSELHO FISCAL

##### COMPOSTO DE TRÊS MEMBROS TITULARES E TRÊS SUPLENTE

- Membros designados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, após aprovação pela Presidência da República.
- Composto por um representante do Ministério da Fazenda e dois representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- Os membros elegerão, entre si, o seu Presidente.
- O mandato é de um ano, sendo admitida a recondução.

#### 3 RECURSOS HUMANOS

A estrutura da força de trabalho da Companhia apresentou, ao final do exercício, o perfil explicitado nos quadros a seguir.

##### 3.1 QUADRO POR SITUAÇÃO FUNCIONAL - 31.12.2012

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	%
<b>Quadro Permanente</b>	<b>4.291</b>	<b>96,38</b>
<b>Em efetivo exercício</b>	<b>3.251</b>	<b>73,02</b>
<b>À disposição</b>	<b>1.040</b>	<b>23,36</b>
Com ônus para a Conab	1.034	23,23
Sem ônus para a Conab	6	0,13
<b>Licenciados</b>	<b>112</b>	<b>2,52</b>
INSS/Acidente de Trabalho	60	1,35
Licença Maternidade	5	0,11
Licença para Cargo Eletivo	5	0,11
Contrato Suspenso	19	0,43
Invalidez Temporária	23	0,52
<b>Extra Quadro</b>	<b>49</b>	<b>1,10</b>
Diretores	5	0,11
Contratos Especiais	44	0,99
<b>TOTAL</b>	<b>4.452</b>	<b>100,00</b>



3.2 QUADRO POR SITUAÇÃO CONTRATUAL - 31.12.2012		
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	%
<b>Quadro Permanente</b>	<b>4.403</b>	<b>98,90</b>
<b>Contrato interrompido</b>	<b>1.920</b>	<b>43,13</b>
Contratos antigos	1.623	36,46
Concurados a partir de 2004	297	6,67
<b>Reintegrados e Anistiados</b>	<b>2.483</b>	<b>55,77</b>
<b>Reintegrados</b>	<b>411</b>	<b>9,23</b>
Judicialmente	411	9,23
Trânsito em Julgado	348	7,82
Liminar	63	1,42
<b>Anistiados</b>	<b>2.072</b>	<b>46,54</b>
<b>Judicialmente</b>	<b>365</b>	<b>8,20</b>
Trânsito em Julgado	273	6,13
Liminar	92	2,07
<b>Administrativamente</b>	<b>1.707</b>	<b>38,34</b>
<b>Extra-Quadro</b>	<b>49</b>	<b>1,10</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.452</b>	<b>100,00</b>

3.3 QUADRO POR NÍVEL DE CARGO - 31.12.2012		
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	%
Auxiliar	2.466	55,39
Médio	1.135	25,49
Superior	851	19,12
<b>TOTAL</b>	<b>4.452</b>	<b>100,00</b>

IV. Desempenho Corporativo

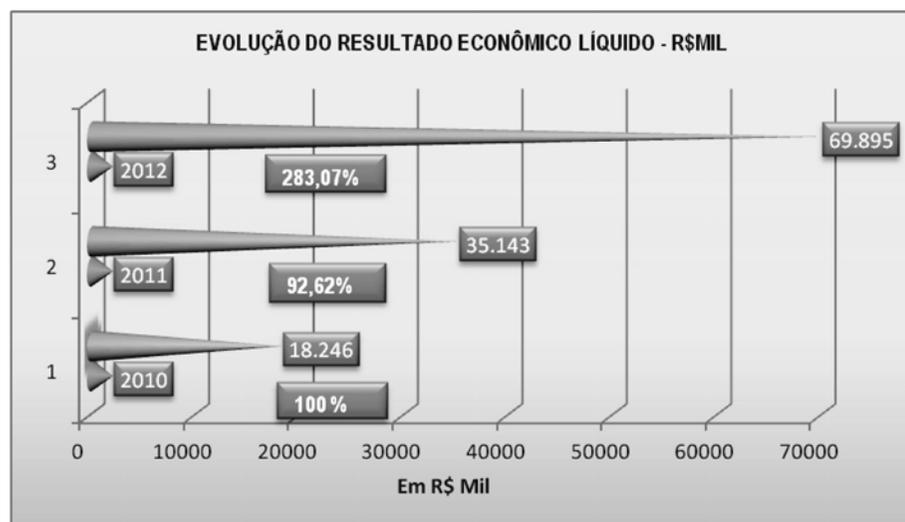
1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1.1 RESULTADOS

Os principais indicadores apresentados a seguir refletem os resultados da Companhia no exercício de 2012.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADOS

Descrição	Valores em R\$ Mil		Diferença	
	2012	2011	R\$ Mil	%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>1.888.124</b>	<b>2.042.123</b>	<b>(153.999)</b>	<b>(7,54)</b>
Receita de Vendas	1.143.777	1.485.458	(341.681)	(23,00)
Receitas de Serviços	18.148	26.544	(8.396)	(31,63)
Outras Receitas	726.199	530.121	196.078	36,99
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>764.468</b>	<b>717.159</b>	<b>47.309</b>	<b>6,60</b>
Pessoal e Encargos	509.924	413.343	96.581	23,37
Comerciais e Administrativas	254.544	303.816	(49.272)	(16,22)
<b>Resultado Bruto Operacional</b>	<b>(46.450)</b>	<b>213.007</b>	<b>(259.457)</b>	<b>(121,81)</b>
<b>Resultado Operacional</b>	<b>8.181</b>	<b>26.158</b>	<b>(17.977)</b>	<b>(68,72)</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>69.895</b>	<b>35.143</b>	<b>34.752</b>	<b>98,89</b>



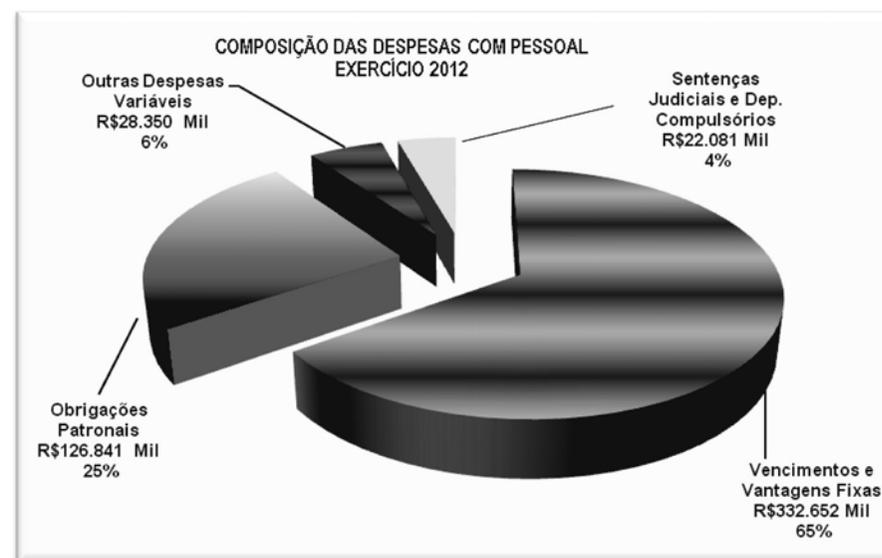
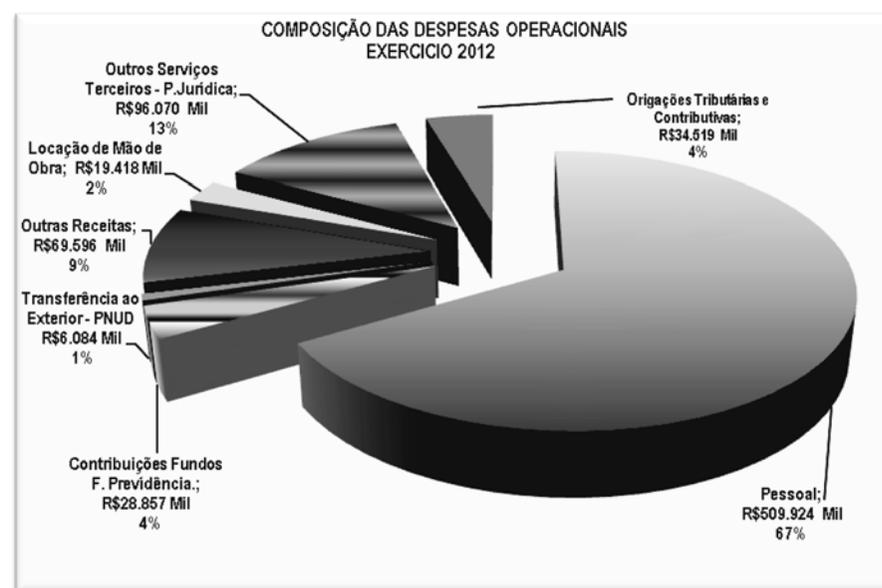
COMPORTAMENTO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

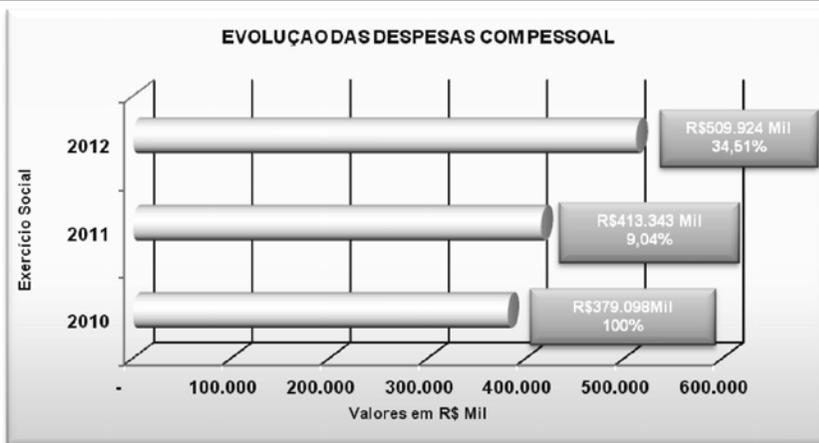
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2012		EXERCÍCIO 2011		VARIAÇÃO
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
<b>RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.161.925</b>	<b>61,54</b>	<b>1.512.002</b>	<b>74,04</b>	<b>(23,15)</b>
De Vendas	1.143.777	60,58	1.485.458	72,74	(23,00)
De Serviços	18.148	0,96	26.544	1,30	(31,63)
<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>726.199</b>	<b>38,46</b>	<b>530.121</b>	<b>25,96</b>	<b>36,99</b>
Transferências Financeiras	622.661	32,98	426.350	20,88	46,04
Indenizações e Restituições	89.217	4,73	91.201	4,47	(2,18)
Outras	14.321	0,76	12.570	0,62	13,93
<b>TOTAL</b>	<b>1.888.124</b>	<b>100,00</b>	<b>2.042.123</b>	<b>100,00</b>	<b>(7,54)</b>



COMPORTAMENTO DAS DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2012		EXERCÍCIO 2011		VARIAÇÃO
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
<b>DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>509.924</b>	<b>66,70</b>	<b>413.343</b>	<b>57,64</b>	<b>23,37</b>
<b>DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS</b>	<b>254.544</b>	<b>33,30</b>	<b>303.816</b>	<b>42,36</b>	<b>(16,22)</b>
Contribuição ao Fundo de Previdência	28.587	3,74	28.991	4,04	(1,39)
Transferências ao Exterior - PNUD	6.084	0,80	3.218	0,45	89,06
Material de Consumo	9.811	1,28	41.495	5,79	(76,36)
Despesas com Viagens (Diárias e Passagens)	11.668	1,53	8.021	1,12	45,47
Outros Serviços de Terceiros - P. Física	2.652	0,35	2.375	0,33	11,66
Locação de Mão de Obra	19.418	2,54	18.151	2,53	6,98
Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	96.070	12,57	95.088	13,26	1,03
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.547	4,52	68.490	9,55	(49,56)
Outras Despesas	45.707	5,98	37.987	5,30	20,32
<b>TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>764.468</b>	<b>100,00</b>	<b>717.159</b>	<b>100,00</b>	<b>6,60</b>





1.2 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

1.2.1 COMPORTAMENTO DO ATIVO

Na comparação com o saldo posicionado em 31.12.2011, os valores do Ativo experimentaram um decréscimo nominal de 11,85%, tendo como principal fato gerador dessa performance a desaceleração de 33,86% ocorrida nos saldos dos estoques para alienação (em termos monetários, os estoques apresentaram um recuo de R\$1.083.041 mil).

Como é própria do setor de atividades no qual se insere a Companhia, a principal aplicação se concentra no Ativo Circulante, o qual sofreu uma retração de 15,74%. Conforme registrado anteriormente, a queda observada no circulante se deu, basicamente, pela queda de R\$1.083.041 mil observada no volume dos estoques para alienação (33,86%).

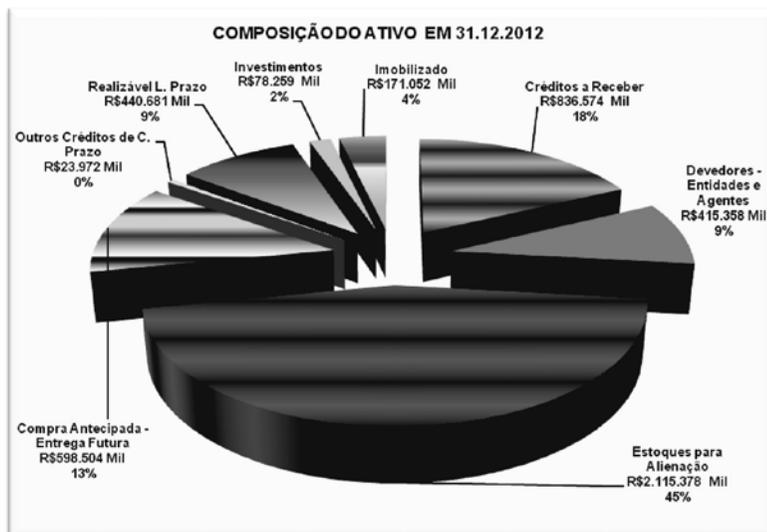
As disponibilidades imediatas, formadas por aplicações financeiras e limites de saque com vinculação de pagamento, situaram-se no patamar de R\$295.079 mil, sendo R\$41.670 mil de recursos próprios e os R\$253.409 mil restantes vinculados às Operações Oficiais de Crédito – PGPM, Convênios e Acordos de Cooperação.

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM RS MIL		VARIACÃO %
	31.12.2012	31.12.2011	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>3.989.786</b>	<b>4.735.556</b>	<b>(15,75)</b>
Disponibilidades	295.079	216.642	36,21
Aplicações Financeiras	1.063	1.061	0,19
Limites de Saque	294.016	215.581	36,38
<b>Créditos em Circulação</b>	<b>963.665</b>	<b>833.452</b>	<b>15,62</b>
Bens e Valores em Circulação	2.730.991	3.685.419	(25,90)
Valores Pendentes de C. Prazo	51	43	18,60
<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>690.052</b>	<b>573.912</b>	<b>20,24</b>
Depósitos Realizáveis a L. Prazo	138.972	317.084	(56,17)
Créditos Realizáveis a L. Prazo	301.708	185.610	62,55
Investimentos	78.259	80.222	(2,45)
Imobilizado	171.052	176.527	(3,10)
Intangível	60	79	(24,05)
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.679.838</b>	<b>5.309.468</b>	<b>(11,86)</b>

Ainda com referência às fontes de sustentação das aplicações, menciona-se que o volume de recursos financeiros repassados à Companhia em 2012 atingiu a cifra de R\$2.196.727 mil, dentro da seguinte distribuição:

DEMONSTRATIVO DOS REPASSES RECEBIDOS EM 2012 – R\$ Mil

FONTE	PESSOAL	CONVENIOS E ACORDOS	ESTOQUES PÚBLICOS	ENCARGOS	OUTROS	TOTAL DOS REPASSES
100	297.185	609.778		143.086	79.888	1.129.937
100491		30.202				30.202
150491		17.803				17.803
151		38.784				38.784
160			595.164		300.000	895.164
178	12.325			16.004		28.329
180		1.392				1.392
186		18				18
388	38.816	1.585		14.697		55.098
<b>TOTAL</b>	<b>348.326</b>	<b>699.562</b>	<b>595.164</b>	<b>173.787</b>	<b>379.888</b>	<b>2.196.727</b>



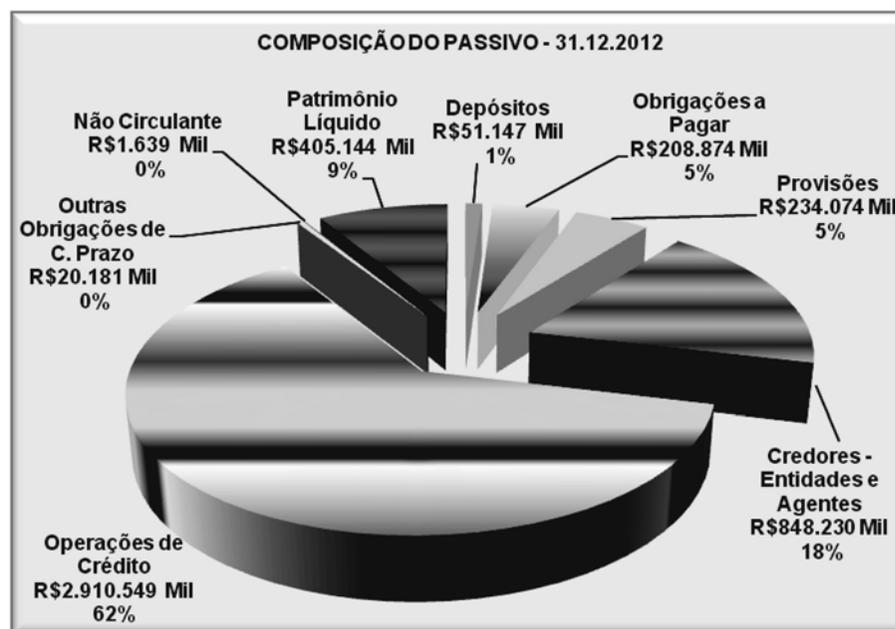
Ainda com referência aos recursos circulantes, cabe destacar que, de um exercício para outro, o saldo correspondente às compras antecipadas para entrega futura experimentaram uma expansão da ordem de 26,66%, variando de R\$472.554 mil para R\$598.503 mil. Trata-se de adiantamentos concedidos nos últimos anos aos agricultores inseridos no contexto dos programas de Compra Antecipada – CPR Alimento e Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar, cuja quitação é realizada por meio de entrega de produtos ou em espécie, de acordo com os vencimentos das respectivas Cédulas de Produtor Rural – CPR.

1.2.2 COMPORTAMENTO DO PASSIVO

Na comparação com o saldo de 31.12.2011, o Passivo Circulante experimentou um decréscimo nominal de 13,71%, ligeiramente inferior à observada no Ativo Circulante (15,74%). Em consequência, a Companhia passou a possuir R\$0,94 de disponibilidades imediatas, estoque e créditos de curto prazo para fazer frente a cada R\$1,00 de dívidas de curto prazo, em contraposição a R\$0,95 do final do exercício de 2011.

COMPORTAMENTO DO PASSIVO

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM RS MIL		VARIACÃO %
	31.12.2012	31.12.2011	
<b>Passivo Circulante</b>	<b>4.273.055</b>	<b>4.952.026</b>	<b>(13,71)</b>
Depósitos	51.147	117.196	(56,36)
<b>Obrigações em Circulação</b>	<b>4.221.908</b>	<b>4.834.830</b>	<b>(12,68)</b>
Obrigações a Pagar	208.874	177.842	17,45
Provisões	234.074	242.631	(3,53)
Operações de Crédito	2.910.549	3.790.673	(23,22)
Credores - Entidades e Agentes	848.230	617.049	37,47
Outras Obrigações	20.181	6.635	204,16
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>1.639</b>	<b>18.228</b>	<b>(91,01)</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>405.144</b>	<b>339.214</b>	<b>19,44</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>4.679.838</b>	<b>5.309.468</b>	<b>(11,86)</b>



As Operações de Crédito, que representam o financiamento dos recursos para a operacionalização dos estoques públicos pela Companhia – formação dos estoques e despesas operacionais – apresentaram um saldo devedor de R\$2.910.549 mil, em contraposição a R\$3.790.673 mil de 31.12.2011, evidenciando um decréscimo nominal de 23,22%. A participação sobre o conjunto das obrigações caiu do patamar de 76,55% para 68,12%.

2 DESEMPENHO OPERACIONAL

Em cumprimento de sua missão institucional e de suas competências estatutárias, a Companhia, no transcorrer do exercício de 2012, teve uma forte atuação nos programas por ela executados, com destaque para os que se seguem:

2.1 GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE ESCOAMENTO DE PRODUTOS.

Além das Aquisições do Governo Federal - AGF e dos Contratos Públicos de Opção de Venda, a Conab também foi responsável pela operacionalização dos instrumentos de política agrícola denominados de Valor de Escoamento do Produto – VEP, Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural – PEPRO, Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar e Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas.

No transcorrer do exercício de 2012, os mecanismos de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários apresentaram a movimentação a seguir explicitada.

2.1.1 PRÊMIO EQUALIZADOR PAGO AO PRODUTOR RURAL - PEPRO

Prêmio concedido ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão.

DESEMPENHO EM 2012 E 2011

EXERCÍCIO SOCIAL	LEILÕES REALIZADOS		VOLUME NEGOCIADO		VALOR PREVISTO		VALOR PAGO	
	N.º	VAR. %	TONELADAS	VAR. %	RS MIL	VAR. %	RS MIL	VAR. %
2012	17		112.452		121.454		63.416	
2011	11	54,55	117.074	(3,94)	10.469	1.060,13	17.415	64,15

2.1.2 PRÊMIO DE ESCOAMENTO DO PRODUTO – PEP

Instrumento de política agrícola em que é concedido aos interessados em adquirirem produtos diretamente ao produtor e/ou cooperativa, com garantia do valor de referência, sob a condição de proceder ao escoamento da safra para a



região de consumo.

## DESEMPENHO EM 2012 E 2011

EXERCÍCIO SOCIAL	LEILÕES REALIZADOS		VOLUME NEGOCIADO		VALOR PREVISTO		VALOR PAGO	
	N.º	VAR. %	TONELADAS	VAR. %	RS MIL	VAR. %	RS MIL	VAR. %
2012	36	(36,84)	1.679.577	(31,31)	169.171	(39,46)	126.955	(49,34)
2011	57		2.481.468		279.472		250.640	

## 2.1.3 SUBVENÇÃO ECONÔMICA AOS PRODUTORES DE CANA DE AÇÚCAR

Subvenção concedida aos produtores independentes de cana de açúcar, pessoas físicas ou jurídicas (inclusive cooperativas), cuja produção tenha sido cultivada na Região Nordeste, como também beneficiada em unidades industriais localizadas na mesma região, e ainda que tenham como atividade principal ou secundária a produção de açúcar e/ou etanol.

## DESEMPENHO EM 2012 E 2011

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO SOCIAL		VARIACÃO %
	2012	2011	
PRODUTORES/COOPERATIVAS BENEFICIADAS	13.081	2.819	364,03
VOLUME NEGOCIADO (t)	11.743.802	1.792.600	555,13
VALOR PAGO – RS MIL	58.719	8.973	554,40

## 2.1.4 VALOR DE ESCOAMENTO DO PRODUTO - VEP

Representa o valor pago a um segmento consumidor definido (bovinocultores, suinocultores, avicultores, caprinocultores e indústrias de ração), que adquire estoques governamentais e se dispõe a escoá-los para a região de consumo estabelecida no edital de venda.

## DESEMPENHO EM 2012 E 2011

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO SOCIAL		VARIACÃO %
	2012	2011	
QUANTIDADE OFERTADA (t)	582.634	732.670	(20,47)
QUANTIDADE NEGOCIADA (t)	235.798	221.112	6,65
VALOR DA OPERAÇÃO C/ICMS – RS MIL	42.490	64.804	(34,43)
PRÊMIO PAGO – RS MIL	38.447	19.348	98,71

## 2.1.5 CONTRATO DE OPÇÃO DE VENDA

Constitui-se em uma modalidade de seguro de preços que dá ao produtor rural e/ou sua cooperativa o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. Objetiva proteger o produtor rural e/ou sua cooperativa contra os riscos de queda de preços.

## DESEMPENHO EM 2012 E 2011

EXERCÍCIO SOCIAL	QUANTIDADE NEGOCIADA		CUSTO TOTAL DE LIQUIDAÇÃO	
	TONELADAS	VARIACÃO - %	RS MIL	VARIACÃO - %
2012	5.076		1.646	
2011	982.800	(99,48)	574.852	(99,71)

## 2.1.6 SUBVENÇÃO ECONÔMICA AOS PRODUTORES EXTRATIVISTAS

Subvenção concedida diretamente aos extrativistas portadores de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, ou ainda, às associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal.

## DESEMPENHO EM 2012 E 2011

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO SOCIAL		VARIACÃO %
	2012	2011	
EXTRATIVISTAS BENEFICIADOS	10.948	5.753	90,30
QUANTIDADE ADQUIRIDA (t)	10.241	2.663	284,57
VALOR PAGO – RS MIL	4.888	1.895	157,95

## 2.1.7 COMERCIALIZAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS

A intervenção governamental na comercialização dos estoques reguladores e estratégicos é realizada por meio de leilão eletrônico, observadas as necessidades de cada região ou quando identificadas áreas com altas de preços, com o propósito de regular o mercado, garantindo preços justos aos consumidores finais e eliminando ou atenuando os movimentos especulativos.

## DESEMPENHO EM 2012 E 2011

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO SOCIAL		VARIACÃO %
	2012	2011	
QUANTIDADE OFERTADA (t)	3.219.653	7.151.855	(54,98)
QUANTIDADE NEGOCIADA (t)	1.276.522	2.903.857	(56,04)
VALOR DA OPERAÇÃO SEM ICMS – RS MIL	688.683	1.212.408	(43,19)

A Conab promove o apoio logístico aos produtores e aos diversos programas de abastecimento e armazenamento, no sentido de disponibilizar espaços de estocagem nas zonas de produção para o recebimento de novas safras, posicionando estrategicamente os estoques, de forma a abastecer regiões vítimas de desequilíbrios de mercado.

## 2.1 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA

Em decorrência dos termos de cooperação firmados com os Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e de Desenvolvimento Agrário - MDA, a Conab é a responsável pela operacionalização do programa, cujo objetivo básico é o de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade, necessários às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, como também promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Na operacionalização do PAA, a Conab utiliza-se dos seguintes mecanismos:

## 2.1.1 COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR - CDAF

Sua finalidade é a de garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais, a saber: extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados, comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais.

No transcorrer do exercício de 2012, foram adquiridos 24.953 toneladas de produtos, beneficiando 13.254

agricultores familiares e envolvendo recursos da ordem de R\$96.453 mil.

## DESEMPENHO EM 2012 E 2011

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO SOCIAL		VARIACÃO %
	2012	2011	
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	06	07	(14,29)
N.º DE MUNICÍPIOS	46	19	142,11
AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIADOS	13.254	3.967	234,11
VOLUME ADQUIRIDO (t)	24.953	16.605	50,28
RECURSOS ENVOLVIDOS - RS MIL	96.453	28.325	374,56

## 2.1.2 FORMAÇÃO DOS ESTOQUES PELA AGRICULTURA FAMILIAR - CPR ESTOQUE

Sua finalidade é a de formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos de "A" a "E" do Pronaf, com o objetivo de sustentar preços e agregar valor à produção. Atende ao mesmo público alvo da CDAF, devendo os agricultores estar organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

Em 2012 foram beneficiados 20.427 agricultores familiares, movimentando 78.566 toneladas de produtos, envolvendo recursos financeiros da ordem de R\$75.750 mil.

## DESEMPENHO EM 2012 E 2011

DESCRIÇÃO	MDS			MDA		
	2012	2011	VAR. %	2012	2011	VAR. %
N.º DE UNIDADES DA FEDERAÇÃO	09	07	28,57	18	21	(14,30)
N.º DE MUNICÍPIOS	87	19	357,89	98	100	(2,00)
AGRICULTORES BENEFICIADOS	11.464	5.067	126,25	8.963	7.130	25,71
VOLUME ADQUIRIDO (t)	31.384	24.054	30,47	27.827	26.663	4,37
VALOR DAS AQUISIÇÕES - RS MIL	47.923	25.971	84,53	47.182	33.799	39,60

## 2.1.3 COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA - CPR DOAÇÃO

Tem como objetivo atender às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio de doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares em todo o território nacional. Essa ação relaciona-se à parceria mantida com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

## DESEMPENHO EM 2012 E 2011

DESCRIÇÃO	2012		2011		VARIACÃO - %
	2012	2011	2012	2011	
N.º DE UNIDADES DA FEDERAÇÃO	26	26	-	-	
N.º DE MUNICÍPIOS	1.180	1.189	0,76		
AGRICULTORES BENEFICIADOS	95.123	90.363	5,27		
VOLUME ADQUIRIDO (t)	213.446	218.500	(2,31)		
RECURSOS ENVOLVIDOS - RS MIL	395.009	362.999	8,82		
N.º DE ENTIDADES BENEFICIADAS	17.988	17.122	5,06		
N.º DE PESSOAS BENEFICIADAS	18.208.960	16.290.735	11,78		

## 2.2 DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

Inserido no contexto das ações estratégicas do Fome Zero, objetiva contribuir para a erradicação da fome, promovendo a segurança alimentar e nutricional mediante a garantia das populações carentes o acesso à alimentação, não só internamente, como também no contexto de países com necessidades de ajuda humanitária.

## 2.2.1 DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS

Por força de Termo de Cooperação firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, e em articulação com outras entidades públicas, a Conab, no transcorrer do exercício de 2012, distribuiu 29.961 toneladas de alimentos a acampados, quilombolas, comunidades de terreiro, movimento dos atingidos por barragens, indígenas, pescadores artesanais, como também os atendimentos especiais, beneficiando 370.167 famílias e envolvendo 1.850.000 pessoas.

## DESEMPENHO EM 2012 E 2011

DESCRIÇÃO	VOLUME DISTRIBUÍDO (t)		VARIACÃO %
	2012	2011	
FAMILIAS ACAMPADAS	15.860	23.917	(33,68)
COMUNIDADES QUILOMBOLAS	3.496	4.304	(19,00)
COMUNIDADES DE TERREIROS	1.403	2.010	(30,20)
ATINGIDOS POR BARRAGENS	1.732	2.220	(21,98)
COMUNIDADES INDÍGENAS	5.809	7.930	(26,74)
PESCADORES ARTESANAIS	641	667	(3,89)
OUTRAS COMUNIDADES TRADICIONAIS	1.030	1.049	(1,81)
TOTAL	29.971	42.097	(28,80)

## 2.2.2 ATENDIMENTO EMERGENCIAL

Essa ação visa assegurar a suplementação alimentar e nutricional de comunidades vitimadas por calamidades públicas e em situação de insegurança alimentar.

No decorrer do exercício de 2012, a Conab, em articulação com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC e órgãos Estaduais de Defesa Civil, promoveu a distribuição de 1.141 toneladas de alimentos a 60.030 famílias.

## 2.2.3 AJUDA HUMANITÁRIA INTERNACIONAL

Tem como objetivo prestar assistência humanitária, por meio de doação de alimentos, a países em situação de vulnerabilidade social e econômica, como também nos casos de calamidades públicas, provocadas por desastres. Em 2012 foram doadas 169.985 toneladas de alimentos a 30 países.

## DESEMPENHO EM 2012 E 2011

DESCRIÇÃO	2012		2011		VARIACÃO - %
	2012	2011	2012	2011	
N.º DE PAÍSES ATENDIDOS	30	14	114,29		
VOLUME DE ALIMENTOS DOADOS (t)	169.985	86.793	95,86		

## 2.2 VENDAS EM BALCÃO

O programa, denominado de Vendas em Balcão, garante a oferta de milho dos estoques governamentais aos pequenos suinocultores, avicultores, granjeiros, moinhos coloniais e outros, em suas respectivas regiões, e a preços que

propicie à viabilização desse tipo de empreendimento.

#### DESEMPENHO EM 2012 E 2011

DESCRIÇÃO	2012	2011	VARIAÇÃO %
QUANTIDADE COMERCIALIZADA (t)	602.713	228.270	164,04
VALOR DAS OPERAÇÕES – RS MIL	228.549	110.513	106,81
N.º DE CLIENTES ATENDIDOS	267.271	80.684	231,26

#### 2.3 ORGANIZAÇÃO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PEQUENO PORTE

Por meio do programa denominado de “Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap”, a Conab está desenvolvendo ações com o objetivo de propiciar aos micros e pequenos varejistas de produtos básicos, um sistema de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seu empreendimento, mediante o suporte técnico necessário, acesso direto aos fornecedores e obtenção de financiamento para capital de giro.

Busca-se, dessa forma, a melhoria do suprimento alimentar às comunidades, pela oferta de produtos de qualidade e a preços acessíveis; maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação para os Municípios, por conta da formalização e expansão do comércio local. Outro ponto positivo a ser considerado refere-se à viabilização de um novo canal para o escoamento da produção da Agricultura Familiar, tendo sido comercializadas 450 toneladas de produtos oriundos desse segmento.

Ao final de 2012, o Programa já contava com 413 varejistas cadastrados, oito Centrais de Negócios em operação e onze em fase de estruturação.

Mencione-se, ainda, que o Programa deverá atuar, em sintonia com o Programa de Aquisição de Alimentos, na região amazônica, utilizando-se, para tanto, de quatro embarcações fluviais. Essa iniciativa viabiliza a participação da Conab na implantação do Programa de Sustentabilidade nos Terminais Hidroviários da Amazônia, em parceria com o Ministério dos Transportes, ANTAQ, DNIT-Hidroviários, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e CNA, cujo objetivo é a ampliação e qualificação das ações de compra de produtos extrativistas, agrícolas e pescados.

#### 2.4 MODERNIZAÇÃO DO MERCADO ATACADISTA DE HORTIGRANJEIROS

A Portaria MAPA N.º 171, de 24 de março de 2005, instituiu, no âmbito da Conab, o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT, com a finalidade de, em interação com os Estados e Municípios e os agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, fomentar o desenvolvimento do setor.

O propósito é que a Conab seja uma indutora de um processo de melhoria e modernização em todas as fases de produção, acondicionamento, armazenamento, conservação, transporte e comercialização de produtos hortigranjeiros, objetivando, em última instância, a garantia do abastecimento, o apoio aos produtores de pequeno porte e a segurança alimentar e nutricional das populações.

Atualmente o PROHORT disponibiliza três ferramentas de consulta sobre as informações de comercialização nas Centrais de Abastecimento:

- a) Preços diários e médios de comercialização dos 48 principais produtos comercializados em 46 mercados atacadistas;
- b) Sistema de Informações Setoriais de Comercialização – Siscom, que contém informações sobre a movimentação física e financeira de 58 Mercados Atacadistas em 22 Unidades da Federação, envolvendo a comercialização dos grupos hortigranjeiros, cereais e produtos diversos;
- c) Informações de Mercado, que disponibiliza informações sobre a origem do produto, preços, volume físico e financeiro de comercialização de 58 Mercados Atacadistas.

#### 2.5 FISCALIZAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS

As ações de fiscalização dos estoques públicos em 2012 contaram com 253 fiscais, que realizaram a vistoria quantitativa em mais de 19.394.964 toneladas de produtos estocados em 3.360 armazéns, de forma a identificar perdas, desvios e condições inadequadas de manutenção e conservação dos estoques nos armazéns depositários, e ainda, a regularidade do desenvolvimento dos instrumentos de sustentação de preços. O processo de fiscalização, cada vez mais intenso, vem contribuindo de forma decisiva para a redução dos índices de perdas e inibição de desvios, tendo sido observado uma redução dessas ocorrências em 50,88%, na comparação com o exercício de 2011.

#### 2.6 FISCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PRÊMIO DE SEGURO RURAL

A Resolução n.º 10/2006 do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural – CGSR faculta ao Mapa ou à Conab fiscalizar, in loco, todas as fases e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro.

Na execução dos Planos de Trabalho de 2012, a Conab participou, por meio de 50 técnicos, da avaliação de 1.450 apólices em 20 Unidades da Federação, envolvendo a verificação das informações apresentadas nas apólices, marcação de coordenadas geográficas, dimensionamento das lavouras e elaboração dos Laudos de Fiscalização em cada propriedade.

#### 2.7 CLASSIFICAÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE DE PRODUTOS

Durante o exercício de 2012 técnicos da Companhia promoveram o acompanhamento, análise e classificação de 597.819 toneladas de produtos.

#### 2.8 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM E ACOMPANHAMENTO DO SETOR

Dispondo de uma rede de 97 complexos armazenadores, com capacidade estática de aproximadamente 2,1 milhões de toneladas, a Conab atua no segmento de forma supletiva, além de prestar suporte na manutenção dos estoques públicos e dos programas sociais.

Por outro lado, promove o gerenciamento do Cadastro Nacional de Armazéns composto por 18.000 armazéns cadastrados, com capacidade estática de 140,5 milhões de toneladas.

#### 2.9 PESQUISAS E AVALIAÇÕES DE SAFRAS

A Conab realiza sistematicamente pesquisas e avaliações de safras, utilizando tecnologias modernas, inclusive com o uso de geotecnologias (sensoriamento remoto, GPS – Global Positioning System e SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira).

O procedimento de pesquisa e avaliação de safras por meio de geotecnologias é acompanhado pela aplicação de modelos agrometeorológicos nos prognósticos de rendimento, como também por levantamento de campo. Todo o avanço tecnológico obtido ao longo do tempo se deu graças à implantação do Projeto Geosafra. São levantadas informações relativas à área plantada, produção estimada, produtividade média das culturas, evolução das culturas desde o preparo do solo até a colheita, tecnologias utilizadas pelos produtores, influências climáticas, entre outras variáveis julgadas relevantes para o setor.

O Projeto SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira, integra informações relativas à produção, estoques, rede de armazenagem, via de transporte, plantas de processamento, portos, entre outros

indicadores do setor.

Ainda com relação às iniciativas de acompanhamento e avaliação de safras, cabe mencionar a inserção no rol de ações desenvolvidas o acompanhamento e avaliação da safra brasileira de cana de açúcar, laranja e das culturas de dendê e pinhão manso.

#### 2.10 DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTOS E INFORMAÇÕES

O desafio da agricultura, do abastecimento e da segurança alimentar, no contexto do macroprocesso produção-circulação-distribuição-consumo, vem exigindo, cada vez mais, o desenvolvimento da inteligência nas organizações que lidam com esses segmentos, e que envolvem aspectos de natureza política, ambiental, econômico e social, que sustentam a criação de oportunidades de investimentos produtivos, como também o subsidiam à tomadas de decisões dos agentes públicos e privados.

A formação dessa inteligência deve passar, inexoravelmente, pela coleta, tratamento, análise e divulgação das informações. A continuidade, consistência e transparência dessas variáveis é que proporciona a credibilidade e contribui para o desenvolvimento das instituições e da cidadania.

Essa é uma preocupação manifestada pelos diversos organismos e instituições internacionais, a exemplo da FAO e G20, com os aspectos qualitativos das informações agrícolas, o que vem a exigir o fortalecimento das instituições responsáveis pela coleta, tratamento e divulgação das informações e do conhecimento relacionados ao setor agrícola.

A Conab, consoante as suas responsabilidades estatutárias, promove a geração de informações e do conhecimento no âmbito do setor agrícola e do abastecimento. A propósito, cumpre asseverar que a informação agrícola é fator crítico, porquanto está relacionado às questões de segurança alimentar sob o ponto de vista nutricional.

Dentro desse contexto, promove a coleta, analisa e divulga elabora e divulga informações relativas aos setores agrícola e de abastecimento. Como exemplo, mencione-se a base de dados de quase 11.700 séries de preços de produtos agropecuários, insumos e de índices de produção e de exportação.

A manutenção e disponibilização dessa matriz exigem o acompanhamento sistemático das informações e das oscilações de mercado. No contexto de sua política de democratização e transparência, a Conab disponibiliza on-line, em seu sítio, informes sobre preços de insumos, preços mínimos, preços praticados pela Agricultura Familiar e os de apoio ao Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF.

Por outro lado, a Conab divulga por meio da revista “Indicadores da Agropecuária”, impressa ou por meio eletrônico, onde são disponibilizadas informações de preços, estimativa de produção, volume de estoques públicos e privados, mercado de insumos agropecuários, comércio internacional - incluindo informações sobre o agronegócio de mais de 2.200 produtos -, crédito agrícola, entre outras informações relevantes.

Todo esse trabalho é sustentado por metodologias reconhecidas, de forma a gerar informações e conhecimentos consistentes, isentos e atualizados. A propósito, em 2012 foi dado início ao processo de implantação de nova metodologia de pesquisa de preços, objetivando a padronização, atualização e modernização dos métodos de coleta, tratamento e divulgação das informações.

#### 2.11 NOVAS PARCERIAS

No final de 2012, a Conab firmou parceria inédita com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, materializada por meio de assinatura de Acordo de Atuação Conjunta, cujo objeto é o de formalizar e conjugar os esforços entre as partes, visando promover o fortalecimento do segmento da produção rural com base familiar, dentro das seguintes linhas de ação:

- ✓ a) apoio a investimentos na melhoria da infraestrutura produtiva de empreendimentos coletivos rurais de base familiar, voltados à estruturação de circuitos de produção, beneficiamento, processamento, armazenamento e comercialização;
- ✓ b) desenvolvimento de ações visando à inserção dos produtores rurais de base familiar nos mercados institucionais e privados de alimentos;
- ✓ c) fomento a inovação no segmento da produção rural da base familiar, visando promover a melhoria da qualidade dos produtos e aumento da produtividade.

O citado Acordo terá vigência de cinco anos, envolvendo recursos financeiros da ordem de R\$23,0 milhões, oriundos do Fundo Social do BNDES.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

Rubens Rodrigues dos Santos  
Presidente

João Carlos Bona Garcia  
Diretor Administrativo, Financeiro  
e de Fiscalização

Silvio Isopo Porto  
Diretor de Política Agrícola  
e Informações

Marcelo de Araújo Melo  
Diretor de Operações  
e Abastecimento

Rogério Luiz Zeraik Abdalla  
Diretor de Gestão de Pessoas



<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>					
<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2012</b>					
<b>ATIVO</b>	<b>VALORES EM R\$ MIL</b>		<b>PASSIVO</b>	<b>VALORES EM R\$ MIL</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>		<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.989.786</b>	<b>4.735.557</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>4.273.055</b>	<b>4.952.026</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>1.063</b>	<b>1.061</b>	<b>DEPÓSITOS</b>	<b>51.147</b>	<b>117.196</b>
Aplicações Financeiras	1.063	1.061	<b>CONSIGNAÇÕES</b>	<b>3.012</b>	<b>2.086</b>
<b>CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>1.257.681</b>	<b>1.049.034</b>	Pensão Alimentícia	0	8
<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>836.575</b>	<b>751.496</b>	Planos de Seguros	204	172
Devedores por Fornecimento	129.214	56.501	Empréstimos	435	319
Créditos Tributários	254.355	241.840	Outros Tributos e Consignações	2.373	1.587
Recursos a Receber	294.016	255.653	<b>RECURSOS DA UNIÃO</b>	<b>20.586</b>	<b>17.168</b>
Créditos Diversos a Receber	158.990	197.502	Recursos Fiscais	8.101	3.993
<b>DEVEDORES-ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>415.358</b>	<b>292.646</b>	Recursos Previdenciários	12.485	13.175
Entidades Devedoras	14.332	9.358	<b>DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS</b>	<b>27.549</b>	<b>97.942</b>
Créditos Parcelados	300	334	<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>4.221.908</b>	<b>4.834.830</b>
Recursos da União	400.726	282.954	<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>208.874</b>	<b>177.843</b>
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>5.748</b>	<b>4.892</b>	Fornecedores	86.641	141.725
Adiantamentos a Pessoal	5.748	4.892	Pessoal a Pagar	517	23
<b>BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>2.730.991</b>	<b>3.685.419</b>	Encargos Sociais a Recolher	1.216	1.082
Estoques para Alienação	2.115.378	3.198.419	Obrigações Tributárias	35	5.514
Estoques de Distribuição	239	833	Débitos Diversas a Pagar	103.953	22.015
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131	2.362	Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.512	7.484
Títulos e Valores em Circulação	727	297	<b>PROVISÕES</b>	<b>234.074</b>	<b>242.631</b>
Materiais em Trânsito	14.012	10.954	Provisão para Férias	34.855	28.907
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.504	472.554	ICMS s/Mercadorias para Revenda	361	949
<b>VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO</b>	<b>51</b>	<b>43</b>	Provisão para ICMS	46.469	46.469
Valores Pendentes	51	43	Provisão para Contingências	129.702	142.621
<b>ATIVO NÃO - CIRCULANTE</b>	<b>690.052</b>	<b>573.911</b>	Provisão para INSS	9.251	9.251
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>440.681</b>	<b>317.084</b>	Provisão para IRPJ e CSLL	373	3.632
<b>DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>138.973</b>	<b>131.474</b>	Provisão para o PIS/PASEP	33	0
Recursos Vinculados	138.973	131.474	Encargos Sociais sobre Provisões	13.030	10.802
<b>CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>301.708</b>	<b>185.610</b>	<b>CREDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>848.230</b>	<b>617.049</b>
Devedores - Entidades e Agentes	859	18.010	Entidades Credoras	848.230	617.049
Créditos Diversos a Receber	300.849	167.600	<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>2.910.549</b>	<b>3.790.673</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>78.259</b>	<b>80.222</b>	Operações Especiais	2.910.549	3.790.673
Participações Societárias	27.803	27.803	<b>ADIANTAMENTOS RECEBIDOS</b>	<b>20.119</b>	<b>6.606</b>
Outros Investimentos	50.456	52.419	Adiantamentos de Clientes	20.119	6.606
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>171.052</b>	<b>176.526</b>	<b>VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS</b>	<b>38</b>	<b>4</b>
Bens Imóveis	291.652	283.851	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>24</b>	<b>24</b>
Bens Móveis	81.452	78.406	<b>PASSIVO NÃO - CIRCULANTE</b>	<b>1.639</b>	<b>18.228</b>
Depreciações	(202.052)	(185.731)	<b>DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>69</b>	<b>69</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>60</b>	<b>79</b>	Depósitos e Cauções	69	69
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838</b>	<b>5.309.468</b>	<b>OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>1.570</b>	<b>18.159</b>
			<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>1.570</b>	<b>18.159</b>
			Entidades de Previdência Complementar	609	17.628
			Entidades Federais	961	531
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>405.144</b>	<b>339.214</b>
			<b>Capital</b>	<b>302.801</b>	<b>223.181</b>
			<b>RESERVAS</b>	<b>102.343</b>	<b>92.323</b>
			Reservas de Capital	0	26.544
			Reservas de Lucros	102.343	65.779
			<b>LUCROS A DESTINAR</b>	<b>0</b>	<b>23.710</b>
			<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838</b>	<b>5.309.468</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**Exercício Findo em 31 de dezembro de 2012**

DETALHAMENTO	VALORES EM RS MIL	
	2.012	2.011
<b>RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.161.925</b>	<b>1.512.002</b>
<b>RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS</b>	<b>1.143.776</b>	<b>1.485.458</b>
Vendas Estoques Estratégicos	709.833	1.045.068
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908	438.978
Vendas Abastecimento Social	0	3
Vendas Atacado - Outros	55	371
Adição a Receita de Vendas	(20)	1.038
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>18.149</b>	<b>26.544</b>
Serviços de Armazenagem	18.102	26.544
Outros Serviços	47	0
<b>(-)DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>24.073</b>	<b>51.072</b>
<b>RECEITA LIQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.137.852</b>	<b>1.460.930</b>
<b>(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>1.788.252</b>	<b>1.802.447</b>
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.328	1.319.306
CMV - Estoques Reguladores-PGPM	604.378	481.718
CMV - Atacado e Outros	546	1.423
<b>(+/-)ARREDONDAMENTOS</b>	<b>(10)</b>	<b>32</b>
<b>(-)EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS</b>	<b>(696.840)</b>	<b>(554.555)</b>
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>46.450</b>	<b>213.006</b>
<b>(-)DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>764.468</b>	<b>717.157</b>
<b>(-)DESPESAS DE PESSOAL</b>	<b>509.924</b>	<b>413.343</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652	276.892
Obrigações Patronais	126.841	103.612
Outras Desp. Variáveis-Pessoal Civil	28.350	16.245
Sentenças Judiciais e Dep. Compulsórios	22.081	16.594
<b>(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS</b>	<b>254.544</b>	<b>303.814</b>
Despesas/Receitas Financeiras	347	119
Contrib.a Entid.Fechadas de Previdência	28.587	28.991
Transferências ao Exterior	6.084	3.218
Material de Consumo	9.811	41.495
Diárias-Pessoal Civil	8.056	5.820
Passagens e Desp.com Locomoção	3.612	2.201
Serviços de Consultoria	16	1
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652	2.375
Locação de Mão-de-Obra	19.418	18.151
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070	95.088
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519	68.490
Aquisições de Bens para Revenda	0	40
Outras Despesas Operacionais	45.372	37.825
<b>(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS</b>	<b>726.199</b>	<b>530.120</b>
Transferências Financeiras	622.661	426.350
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842	3.859
Indenizações e Restituições	89.217	91.201
Receitas Imobiliárias	5.472	5.265
Receitas de Valores Mobiliários	8	13
Receitas Diversas	5.999	3.432
<b>(-)MOVIMENTAÇÃO INTERNA</b>	<b>0</b>	<b>(189)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>8.181</b>	<b>26.158</b>
<b>OUTROS RESULTADOS</b>	<b>61.714</b>	<b>8.985</b>
<b>RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS</b>	<b>62.383</b>	<b>8.441</b>
Alienação de Bens Móveis	(528)	(195)
Alienação de Bens Imóveis	62.022	8.328
Depreciação - Reversão	889	308
<b>DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>669</b>	<b>(544)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>69.895</b>	<b>35.143</b>
Provisão para Imposto de Renda	271	2.652
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102	980
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>69.522</b>	<b>31.511</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO</b>	<b>37,38</b>	<b>16,94</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2012

DESCRIÇÃO	VALORES EM RS MIL			
	2012	%	2011	%
<b>1.RECEITAS</b>	<b>1.223.639</b>	<b>175,98</b>	<b>1.520.988</b>	<b>244,72</b>
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925	167,11	1.512.003	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.714	8,88	8.985	1,45
<b>2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>1.237.000</b>	<b>177,90</b>	<b>1.412.641</b>	<b>227,29</b>
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608	157,14	1.250.111	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392	20,77	162.530	26,15
<b>3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>(13.361)</b>	<b>-1,92</b>	<b>108.347</b>	<b>17,43</b>
<b>4.RETENÇÕES</b>	<b>17.609</b>	<b>2,53</b>	<b>17.050</b>	<b>2,74</b>
4.1 - Depreciação	17.609	2,53	17.050	2,74
<b>5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>(30.970)</b>	<b>-4,45</b>	<b>91.297</b>	<b>14,69</b>
<b>6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>726.295</b>	<b>104,45</b>	<b>530.231</b>	<b>85,31</b>
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295	104,45	530.231	85,31
<b>7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)</b>	<b>695.325</b>	<b>100,00</b>	<b>621.528</b>	<b>100,00</b>
<b>8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>695.325</b>	<b>100,00</b>	<b>621.528</b>	<b>100,00</b>
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854	81,24	466.504	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.104	8,36	117.452	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472	0,36	2.429	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	<b>69.895</b>	<b>10,05</b>	<b>35.143</b>	<b>5,65</b>
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	271	0,04	2.652	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102	0,01	980	0,16
<b>8.7 - Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>69.522</b>	<b>10,00</b>	<b>31.511</b>	<b>5,07</b>
8.8 - Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	16.512	2,37	7.484	1,20
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476	0,50	1.575	0,25
8.10 - Lucros Retidos	<b>49.534</b>	<b>7,12</b>	<b>22.452</b>	<b>3,61</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

DESCRIÇÃO	VALORES EM RS MIL	
	2012	2011
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	<b>69.895</b>	<b>35.143</b>
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais</b>	<b>(66.445)</b>	<b>(16.445)</b>
Depreciações e Amortizações	16.340	16.749
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.450)	(47.197)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576)	49.252
Aumento nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.363)	(166.222)
Aumento nos Valores a Receber de Ent. e Agentes Devedores	(122.152)	(173.024)
Aumento em Pessoal e Encargos	(194)	(320)
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(8)	(19)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.305	65.744
Aumento nas Consignações e Fornecedores	27.781	108.441
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393)	86.253
Redução nas Provisões	(8.930)	(4.406)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181	67.827
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513	(8.798)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.499)	(10.725)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>3.450</b>	<b>18.698</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.963	41
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.846)	(13.175)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(8.883)</b>	<b>(13.134)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.512)	(7.484)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027	5.045
Resultado de Exercício Anterior	12.920	0
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0	(3.036)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>5.435</b>	<b>(5.475)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>	<b>2</b>	<b>89</b>
<b>VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>2</b>	<b>89</b>
No Início do Exercício	1.061	972
No Final do Exercício	1.063	1.061



## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

EM R\$ 1000

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET. DO CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2011	223.181	25.373	443	729	12.387	11.570	44.541	318.223
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.247	(40.247)	0
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							(3.036)	(3.036)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.511	0
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.452
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575		(1.575)	1.575
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.484)	0
SALDO EM 31/12/2011	223.181	25.373	443	729	13.962	51.817	23.710	339.214
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620							0
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO ANTERIOR							(23.710)	0
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.920
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.522	0
RES. DE CORREÇÃO MONET. DO CAPITAL		(25.373)						0
RES. DE TRANSF. P/AUM. DE CAPITAL			(443)					0
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				(729)				0
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000	(49.534)	49.534
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					4.564		(3.476)	3.476
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							(16.512)	0
SALDO EM 31/12/2012	302.801	0	0	0	18.526	83.817	0	405.144

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (em R\$ mil)

#### Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Créditos
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

#### NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

#### NOTA 2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a substituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro

de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

#### NOTA 3 ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”.

#### NOTA 4 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

**4.1 Equivalente de Caixa:** Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

**4.2 Créditos a Receber:** As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

**4.3 Estoques Públicos:** A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

**4.3.1 Demais Estoques:** Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

**4.3.2 Valor Presente dos Estoques:** Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

**4.4 Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem:** Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

**4.5 Almojarifado:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

**4.6 Investimentos:** Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

**4.7 Seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

**4.8 Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

**4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos ("impairment"):** No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

**4.10 Benefícios a Empregados:** O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

**4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores:** Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

#### 4.12 Reconhecimento da Receita:

**4.12.1 Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

**4.13 Provisões para Contingências:** Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei nº 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON nº 22 e CPC nº 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

**4.14 Regime de Tributação:** Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte "B" do LALUR.

#### NOTA 5 | CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
<b>ICMS a Compensar</b>	<b>254.178</b>	<b>241.699</b>
<b>IRRF a Compensar</b>	<b>56</b>	<b>36</b>
<b>Contribuições Outros Impostos</b>	<b>121</b>	<b>105</b>
<b>Total de Créditos Tributários Circulante</b>	<b>254.355</b>	<b>241.840</b>

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

#### NOTA 6 | LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

#### NOTA 7 | RECURSOS A RECEBER DO TESOIRO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;
- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas "11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP - INSCRIÇÃO" e "11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP - RETIFICADORA".

#### NOTA 8 | DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

#### NOTA 9 | CONTAS A RECEBER

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienação de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, alugueis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

#### 9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
<b>Créditos por Alienação de Bens</b>	<b>8.358</b>	<b>4.081</b>
<b>Créditos por Cessão de Pessoal</b>	<b>316</b>	<b>743</b>
<b>Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores</b>	<b>14.827</b>	<b>12.497</b>
<b>Créditos por Infrações Legal/Contratual</b>	<b>135.489</b>	<b>180.181</b>
<b>Subtotal – Circulante</b>	<b>158.990</b>	<b>197.502</b>

#### 9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
<b>Créditos por Alienação de Bens</b>	<b>56.387</b>	<b>7.546</b>
<b>Títulos a Receber</b>	<b>15.298</b>	<b>30.188</b>
<b>Outros Créditos</b>	<b>975</b>	<b>635</b>
<b>Créditos a Receber em Poder da Justiça</b>	<b>46.310</b>	<b>129.051</b>
<b>Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial</b>	<b>158.006</b>	<b>0,00</b>
<b>Créditos por Infrações Legal/Contratual</b>	<b>23.692</b>	<b>180.181</b>
<b>Subtotal – Não Circulante</b>	<b>300.668</b>	<b>167.420</b>
<b>Total – (Circulante + Não Circulante)</b>	<b>459.658</b>	<b>364.922</b>

#### NOTA 10 | DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

#### 10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
<b>Entidades Devedoras - Federais</b>	<b>14.332</b>	<b>9.358</b>
<b>Créditos Parcelados</b>	<b>300</b>	<b>334</b>
<b>Recursos da União - Equalização</b>	<b>400.726</b>	<b>282.954</b>
<b>Total – Circulante</b>	<b>415.358</b>	<b>292.646</b>

#### 10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
<b>Entidades Federais</b>	<b>609</b>	<b>17.628</b>
<b>Créditos Parcelados</b>	<b>188</b>	<b>307</b>
<b>Créditos a Recuperar</b>	<b>62</b>	<b>75</b>
<b>Total – Não Circulante</b>	<b>859</b>	<b>18.010</b>

#### NOTA 11 | RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

#### NOTA 12 | BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural – CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
<b>Estoques de Mercadorias</b>	<b>2.115.378</b>	<b>3.198.419</b>
<b>Estoques de Almoarifado</b>	<b>2.858</b>	<b>2.659</b>
<b>Materiais em Trânsito</b>	<b>14.012</b>	<b>10.954</b>
<b>Compra Antecipada – CPR</b>	<b>598.503</b>	<b>472.554</b>
<b>Estoques de Distribuição</b>	<b>239</b>	<b>833</b>
<b>Total</b>	<b>2.730.990</b>	<b>3.685.419</b>

#### 12.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

#### NOTA 13 | ENDEVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

#### NOTA 14 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

#### NOTA 15 | CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

##### Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

- **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.



• **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC Nº 22, aprovado pela Deliberação CMV nº 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
<b>Total</b>	<b>383.032</b>	<b>422.825</b>	<b>450.418</b>	<b>579.507</b>

**Passivo Contingente – Possível**

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

• **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

• **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei nº 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

• **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
<b>Total</b>	<b>135.919</b>	<b>342.333</b>	<b>101.652</b>	<b>351.646</b>

**Ativo Contingente – Provável**

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

• **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

• **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

• **Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
<b>Total</b>	<b>140.956</b>	<b>422.826</b>	<b>121.672</b>	<b>579.870</b>

**NOTA 16 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

**NOTA 17 | PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL**

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

**NOTA 18 | JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

**NOTA 19 | RESULTADO DO EXERCÍCIO**

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens móveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

**NOTA 20 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**20.1 Capital Social:** O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

**20.2 Reserva Legal:** Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

**20.3 Reserva de Retenção do Lucro:** Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

**NOTA 21 | DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO**

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 – Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Em R\$ mil

Exercício	Saldo
2011	34.997
2012	61.637

**NOTA 22 | BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS****22.1 Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

**22.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS**

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil.

**NOTA 23 | REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS**

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
<b>Maior Remuneração Dirigente</b>	<b>23.945,89</b>	<b>23.884,29</b>
<b>Menor Remuneração Dirigente</b>	<b>23.945,89</b>	<b>23.884,29</b>
<b>Maior Remuneração Empregado</b>	<b>27.220,73</b>	<b>25.170,39</b>
<b>Menor Remuneração Empregado</b>	<b>1.131,31</b>	<b>884,31</b>

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
<b>Dirigentes</b>	<b>23.945,89</b>	<b>23.884,29</b>
<b>Empregados</b>	<b>3.150,45</b>	<b>2.642,62</b>

**NOTA 24 | TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA****24.1 Programa de Revitalização – PNUD**

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasse – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasse – Coord.-Geral de Orç. Fin./MAPA	472	0
<b>Total de Repasses</b>	<b>6.084</b>	<b>3.218</b>

**24.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
PRESIDENTE

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
DIRETOR ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E  
DE FISCALIZAÇÃO

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E  
ABASTECIMENTO

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

**SÍLVIO ISOPO PORTO**  
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E  
INFORMAÇÕES

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE  
CONTADOR CRC DF 005969/O-5 CPF: 086930721-53

**PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA**  
**Exercício 2012**

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, levantado em 31.12.2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e do fluxo de caixa. Nossa responsabilidade é a de opinar sobre as demonstrações contábeis, em cumprimento ao disposto no inciso VI, artigo 4.º, do Regimento Interno da Conab (Normas da Organização Código n.º 10.104).
2. Os exames foram realizados, por amostragem, com base nas normas de auditoria interna aplicáveis, nas técnicas e procedimentos de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a materialidade, relevância estratégica, criticidade da matéria auditada e o sistema de controles internos da Companhia; b) as constatações com base em testes das evidências e dos documentos que suportaram os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Companhia.
3. As demonstrações contábeis, acima referenciadas, foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, e alterações promovidas pela Lei n.º 11.638, de 28.12.2007, e Lei n.º 11.941, de 27.5.2009, aplicáveis às empresas públicas de direito privado.
4. Em nossa opinião as demonstrações contábeis, lidas em conjunto com as notas explicativas, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia.
5. Enfatizamos que a Companhia registrou, de forma inadequada, a crédito do Passivo Circulante, conta 21221.07.00 – Entidades Federais, pertencente ao grupo das obrigações da Companhia para com Credores – Entidades e Agentes, os montantes de R\$10.058 mil e R\$7.899 mil, contabilizados nas Unidades Gestoras da Matriz e Unidade Mercado de Opções, respectivamente. Tais registros foram efetivados com o objetivo de diferir receitas não realizadas, contabilizadas em obediência ao princípio da competência, por ocasião

do reconhecimento de direitos a receber de devedores, em decorrência da aplicação de multas contratuais e pagamentos indevidos, cujos lançamentos estão consignados no Ativo Circulante e Não Circulante, nas contas 11219.19.00 e 12249.19.00, denominadas Créditos por Infração Legal e Contratual, respectivamente. O referido procedimento contábil foi adotado, segundo esclarecimentos prestados pela área contábil da Companhia, em resposta à Solicitação de Auditoria n.º 04, de 18.3.2013 e Nota Explicativa n.º 4.12.2, em razão do elevado grau de insegurança do recebimento dos referidos débitos. Tal prática, embora não tenha causado reflexos relevantes nas demonstrações contábeis, está em desacordo com o disposto na NBCT 19.7, item 33 que orienta no sentido de que os Ativos Contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que podem tratar-se de resultados que nunca venham a ser realizados. .

Brasília, 16 de abril de 2013

Antônio Martins de Lima  
Auditor Interno  
CRC/DF n.º 5285/O-0João Gonçalves Filho  
Auditor Interno  
CRC/DF 0185841/O-7Osvaldo Gonçalves Pateiro  
Auditor Interno  
CRC/RJ n.º 094366Maria do Socorro Ferreira da Silva Lopes  
Auditora Interna  
CRC/DF n.º 6046/O-6Zilda Eulina Reis Pacheco da Silva  
Auditora Interna  
CRC/DF n.º 7417/O-0**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**  
**SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****AOS**  
**DIRETORES E CONSELHEIROS**  
**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB**  
**Brasília - DF**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB**; que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultado do exercício, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira **Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos****Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação, mesmo não sendo obrigatória, foi realizada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por outros auditores independentes com relatório o relatório dos auditores emitido em 14 de maio de 2012, apresentando as ressalvas a seguir sintetizadas: “a Companhia não efetuou a análise detalhada dos impactos das alterações referentes às Leis 11.638/07 e 11.941/09 sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/11, (Medida Provisória 449/08)” e que “até a data deste parecer não havia recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos acerca das contingências existentes”.

Brasília, 18 de abril de 2013.

SOMA - AUDITORIA, MÉTODOS ORGANIZACIONAIS E SISTEMAS  
CRC-DF nº 000378/0ZAIDA MARIA MACHADO ALBEA  
Contadora CRC-DF nº 007625/O-0**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONAB**

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAD**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto no inciso VII, do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia e do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e pela Lei nº 11.941, de 27/05/2009, e considerando o contido no item 43 da NBCT 19.18, aprovada pela Resolução CFC nº 1.152/09, resolve, depois de examinada a Proposta de Destinação do Resultado Apurado em 31/12/2012, **APROVAR** a constituição de Reserva de Retenção de Lucros, na forma apresentada.

Brasília-DF, 24 de abril de 2013.

JOSÉ CARLOS VAZ  
PresidenteRUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
ConselheiroCARLOS CARBONI  
ConselheiroEDILSON GUIMARÃES  
ConselheiroJOSÉ GERARDO FONTELES  
Conselheiro**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CONAB**

**O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO -CONAB**, consoante o art. 25 do Estatuto Social da Companhia, combinado com o art. 163, incisos II, III e VII, da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, em Reunião Extraordinária realizada nesta data, examinou o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e o Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, à vista dos documentos apresentados pela Companhia, da análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, e respaldados no Parecer da Unidade de Auditoria Interna, de 16/04/2013, no Parecer do Conselho de Administração da Conab, emitido em 24/04/2013, e no Parecer dos Auditores Independentes, de 18/04/2013, opina que as Demonstrações acompanhadas das Notas Explicativas refletem a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, salvo no que se refere ao parágrafo 5º do Parecer da Auditoria Interna.

Brasília-DF, 26 de abril de 2013.

GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO  
PRESIDENTEMARIA DOS REMÉDIOS VILAR TEIXEIRA  
CONSELHEIRORENATA LIMA DE CARVALHO  
CONSELHEIRA